



## CRISE DO IMPÉRIO – 1870 | 89

O ano de 1870 marca o início da crise do Império, que se prolongará até a proclamação da República, em 1889.

Em verdade, no exato momento em que o tráfico negreiro foi proibido, 1850, já se poderia adivinhar as dificuldades para o regime, cuja finalidade principal era manter a escravidão.

Ocorre que o sistema escravista impede o crescimento vegetativo da população cativa. Escravo sempre morre mais do que nasce.

Portanto, o sistema escravista moderno era alimentado pelo tráfico negreiro, deixando de se reproduzir com a sua extinção.

Vislumbra-se, pois, a médio prazo o fim da escravidão.

A aristocracia tanto enxergou isso, que no mesmo ano de 1850 aprovou a **Lei de Terras**, que estabelecia que novas propriedades de terras só poderiam ser adquiridas pela compra.

Essa forma, inédita no Brasil, onde desde as Capitâneas Hereditárias, o acesso à propriedade da terra se dava pela doação ou pela posse violenta, visava garantir que, no caso de abolição da escravatura, os ex-escravos não poderiam tornar-se proprietários. Previne-se uma eventual reforma agrária.

Por outro lado, a expansão da cafeicultura, passando do Vale do Paraíba, onde continuava se baseando no trabalho escravo, para o chamado Oeste Paulista, obrigava a que se pensasse em formas de complementação da mão-de-obra escrava.

Muitas serão as discussões e experiências, com diferentes resultados, mas a opção final se dará em torno da imigração europeia.

É que o imigrante branco europeu, atendia a um ideal racista, esposado pela elite econômica e também pelo que se poderia chamar elite cultural, que atribuía nosso atraso à composição étnica inferior de nosso povo.

Esse arremedo de “**darwinismo**”, atribuía o progresso da Europa à superioridade do homem branco, na escala da evolução da espécie humana.

Decididos pela imigração europeia como solução para as necessidades de complementação da mão-de-obra necessária à expansão cafeeira, resta resolver o problema do financiamento da imigração.

É aí que se dá o nó entre a expansão econômica e a questão do poder político.

O Império, escravista e centralizador, era um regime hegemônico pela aristocracia rural tradicional, especialmente nordestina.

Essa classe controlava as principais decisões políticas e econômicas do regime, ainda que estivesse em decadência econômica, sobretudo se comparada à ascendente burguesia agrária cafeeira paulista.

Sendo assim, haverá o conflito entre o centralismo do Império, que torna insatisfatória a imigração, e a descentralização, a autonomia, desejada pelos cafeeiros, para agilizar a imigração. Agilizar e financiar.



Logo, caberia ao Estado organizar de forma ágil e financiar a imigração. Para tanto seria necessário um Estado ágil, um sistema federativo.

*Federação é praticamente sinônimo de República.*

A oligarquia paulista do café lançará em 1870 o Manifesto Republicano, e se lançará à Campanha Republicana, visando um Estado federativo, que resolvesse o problema de mão-de-obra complementar à escravidão.

### **O Exército**

Outra força que se conjugará à luta contra o regime monárquico será o Exército.

Este, havia se organizado de forma absolutamente nova, moderna, para as condições brasileiras.

A Guerra do Paraguai (1865-70) trouxera essa necessidade.

A partir de agora o Exército tinha uma estrutura hierárquica baseada no mérito, não nos favores pessoais, como o resto da sociedade e do Estado brasileiros.

Este fator, tornou o Exército o principal canal para as camadas médias realizarem sua aspiração de ascensão social, bem como deu a seus membros um “espírito de corpo”, que os levava a uma crescente confrontação com a aristocracia rural e suas instituições militares, como a Guarda Nacional e a Marinha, bem como com a sua estrutura de poder político, a Monarquia escravista.

Isso gerou crises no relacionamento do Exército com o governo, conhecidas como a Questão Militar.

### **A Igreja**

Pela Constituição de 1824, foi instituído o Padroado, que tornava oficial e única a Religião Católica.

Contudo, o Estado poderia interferir nos assuntos da Igreja.

Uma divergência entre a Igreja e o governo sobre a Maçonaria, levou ao conflito conhecido como Questão Religiosa, que desgastou o Império.

### **A Abolição**

Tendo como função precípua a manutenção da escravidão, a crise desse sistema e as pressões sociais pela sua total extinção, levam o Império a um beco sem saída.

Várias leis foram feitas para postergar uma decisão, que quando tomada – Lei Áurea, 1888 – afastou definitivamente a aristocracia que apoiava a Monarquia, e foi vista com indiferença pelos que queriam a abolição, significando o completo isolamento político do regime e sua iminente queda.